

TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO DIGITAL PARA A PRODUÇÃO DE AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DOS ESTUDANTES DO PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO

TECHNOLOGIES DIGITAL INFORMATION AND COMMUNICATION IN EDUCATION:
POSSIBILITIES OF DIGITAL INCLUSION FOR THE PRODUCTION OF AUTONOMY AND EMANCIPATION OF
STUDENTS OF THE PROFESSIONAL PROGRAM

- **Ana Lúcia dos Santos** (Universidade Federal de Santa Maria – als0109@yahoo.com.br)
 - **Karla Marques da Rocha** (Universidade Federal de Santa Maria - karlamarquesdarocho@gmail.com)
- **Jean Oliver Linck** (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha – jeanoliverlinck@hotmail.com)

Resumo:

Este estudo apresenta uma reflexão crítica sobre as potencialidades da educação interligada com as tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e participativos. Após revisão da literatura, parte-se da constatação de que os programas de financiamento e desenvolvimento da educação vêm crescendo nos últimos anos, em contrapartida percebe-se que o contexto educacional mantém-se com dificuldades de absorvê-los principalmente no que concerne as inovações tecnológicas em benefício da produção de autonomia e emancipação. Fato este que tem sido colocado em debate com a disseminação dos cursos do Programa Profunçãoário. Esse artigo tem como objetivo discutir sobre essa política de formação continuada dos funcionários de escola, na perspectiva da emancipação humana, tendo como base a inserção e a utilização qualificada das TDIC nas escolas de educação básica da rede pública de ensino. Neste viés, constrói-se uma pesquisa bibliográfica, com metodologia de análise documental embasada no diálogo de autores como Demo (1999), Moreira (2016), Canclini (2005), Castells (2007), Kenski (2013), Freire (1997) entre outros, para a construção e consolidação teórica/reflexiva. Entende-se que confrontar a realidade do contexto educativo, estudá-la e modificá-la depende principalmente de cada sujeito nele inserido, não bastando a multiplicação de políticas públicas educacionais, se os atores da gestão educacional e escolar, não reconhecerem nelas, ações capazes de indicação de caminhos concretos, de discussão e transformação social da e pela educação.

Palavras-chave: Programa Profunçãoário; TDIC, Emancipação, Políticas Públicas.

Abstract:

This study presents a critical reflection on the potentialities of education linked to technologies digital information and communication (TDIC) for the development of autonomous and participatory subjects. After reviewing the literature, it is based on the observation that education financing and development programs have been growing in recent years. On the other hand, the educational context is still difficult to absorb, especially with regard to innovations the production of autonomy and emancipation. This fact has been put in debate with the dissemination of the courses of the

Profuncionário Program. This article aims to discuss this policy of continuous training of school officials, from the perspective of human emancipation, based on the insertion and qualified use of TDIC in schools of basic education in the public school system. In this bias, a bibliographical research is developed, with methodology of documental analysis based on the dialogue of authors like Demo (1999), Moreira (2016), Canclini (2005), Castells (2007), Kenski (2013) among others, for the construction and theoretical / reflexive consolidation. It is understood that confronting the reality of the educational context, studying it and modifying it depends mainly on each subject inserted in it, not enough for the multiplication of public educational policies, if the actors of educational and school management do not recognize in them, actions capable of indicating concrete paths, of discussion and social transformation of and by education.

Keywords: Program Profuncionário; TDIC; Emancipation; Publics Politics.

1. Introdução

Na velocidade com que surgem novas informações, as possibilidades educacionais crescem a cada dia, não somente na área tecnológica, mas em todas as áreas do conhecimento há empolgante desenvolvimento, incentivado, principalmente pela era da informação e da comunicação que estamos vivenciando na contemporaneidade. Neste contexto, torna-se um desafio para a educação acompanhar o ritmo de desenvolvimento das tecnologias e mídias digitais, no entanto percebe-se no meio educativo, a preocupação e a movimentação para atendimento desta demanda, buscando o envolvimento destas inovações em ações didático-pedagógicas, haja vista a necessidade de atender as exigências da população escolar, a cada dia mais conectada.

Ocasionar um diálogo entre o campo da educação e as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), nem sempre é possível, sem ações governamentais que busquem atender as necessidades básicas e de direito da população. Nesse sentido, se fazem necessárias Políticas Públicas de inclusão digital que viabilizem o acesso a informação, pois com a era tecnológica, tornou-se essencial instauração de programas governamentais de incentivo a utilização das tecnologias, também nos ambientes escolares.

No contexto da gestão pública, encontram-se informações do portal educação, em que estão apresentadas propostas de planejamento e instaurações de programas governamentais, que funcionam como instrumentos articulares de conjuntos de ações voltadas à informatização e ampliação da capacidade de acesso tecnológico e da internet. Dessa forma, consideramos que já existem políticas públicas educacionais que incentivam (ou deveriam) minimizar as desigualdades sociais, dentro das escolas e principalmente com relação à utilização das TDIC para fins pedagógicos.

Numa iniciativa de destaque e que atende em muitos sentidos as carências emancipatórias de nichos da população, está o Programa Profuncionário. Programa este que se propõe à educação emancipatória defendida por Freire (1979) como uma educação humanizadora, circunscrita às sociedades e homens concretos. Uma educação que supere a alienação e seja potencializadora de mudanças e, sobretudo, da libertação social, oportunizando ao homem tornar-se sujeito e não mero objeto. A educação emancipatória é

aquela que proporciona voz a quem quer expressar-se, abrindo espaço ao que deseja deixar de ser espectador e tornar-se protagonista.

Com este foco a política pública de formação dos funcionários de escolas, busca o empoderamento deste público em específico, para o exercício refletido de suas funções dentro de ambientes educativos, principalmente sob dois aspectos: à produção de sua autonomia e participação efetiva na cogestão escolar e a inserção e utilização adequada e qualificada das tecnologias nas atividades educativas desenvolvidas na e pela escola de educação básica. Este viés da proposta contribui para a educação e formação continuada destes profissionais, bem como para o envolvimento na cogestão das TDIC no seu dia a dia profissional.

Nesse sentido, viabilizar a inserção das TDIC no contexto educacional revela-se como elemento fundamental e para que seja possível, a escola enquanto instituição formal de ensino-aprendizagem deve acompanhar a evolução educacional¹ que vem exigindo práticas pedagógicas voltadas para o fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e à valorização da participação crítica, nas relações de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, os cursos do Programa Profucionário², especialmente o Curso Técnico em Multimeios Didáticos, busca atender essa demanda, no sentido de capacitar profissionais para a inserção e apropriação das TDIC pelas escolas de educação básica. O curso em questão tem por finalidade o empoderamento dos funcionários dos diferentes setores escolares, para auxílio ao público docente e aos estudantes, no que se refere à inclusão de recursos tecnológicos e midiáticos em atividades educativas, com maior fluidez e funcionalidade.

As TDIC são recursos significativos a este propósito e foco da construção desta reflexão, já que apontam aspectos relevantes a serem vistos como potência crítica, dialogando com a educação e utilizáveis na busca do desenvolvimento de sujeitos autônomos e participativos, com maiores níveis de atuação frente às necessárias posturas de transformação social.

2. Formação continuada dos funcionários de escolas: Qualificação Profissional com as TDIC

Estamos vivenciando mudanças nas relações sociais com impacto nos diferentes cenários da sociedade, tanto nos processos de organização, quanto de gestão. Nesse contexto, buscar compreender a lógica de organização da sociedade e os mecanismos que contribuem para a sua democratização torna-se fundamental. Este entendimento pode ser efetivado por meio de processos de formação continuada para diferentes sujeitos sociais. “A

¹ Educomunicação é o conjunto das ações voltadas ao planejamento e implementação, de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos, garantindo, dessa forma, crescentes possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas. (SOARES, 2011).

² Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação - Governo Federal: Visa contribuir para reverter a dívida histórica do Estado brasileiro para com o segmento de funcionários da educação pública básica - Categoria II dos profissionais da educação conforme LDB nº9294/96 em seu art.61 e Lei nº12.014, de 2009.

velocidade com que ocorrem as transformações na atualidade e todas as possibilidades tecnológicas comunicacionais existentes nos levam a necessidade de compreender e interpretar a realidade alterada em que vivemos.” (KENSKI, 2013, p.27).

Destaca-se que nas diferentes áreas da gestão pública, incluindo-se o contexto educacional brasileiro, existem programas governamentais de incentivo e fomento ao desenvolvimento da educação seja ela pública e/ou privada. Dentre os programas de financiamento e desenvolvimento da Educação no Brasil, implementados pelo Governo Federal, há o Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica, em habilitação compatível com sua atividade laboral, o Profuncionário.

Este Programa é parte integrante das ações da Rede e-Tec Brasil³, ofertado pela modalidade de Educação a Distância, envolve tanto a formação técnica e maior valorização dos profissionais da educação quanto à utilização adequada e qualificada das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) nas escolas de educação básica.

O Programa Profuncionário, como programa de formação organizada para os funcionários de escola, busca contribuir para a melhoria de atuação profissional, visando colaborar para o desenvolvimento de momentos de estudo e reflexão sobre a sociedade, a instituição educativa formal e a sua democratização. Trata-se de

Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública, em habilitação compatível com sua atividade educativa, na modalidade da Educação a Distância (EAD). Obedece ao disposto no art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases n.º 9394/1996, conforme a Lei nº 12.014/2009 e ao disposto no parágrafo único do art. 62-A da Lei de Diretrizes e Bases, por meio do qual a profissionalização tornou-se direito de todos os funcionários da educação. (PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – PROGRAMA PROFUNCIONÁRIO)

De uma forma geral, o programa tem o objetivo de ampliar o nível de formação continuada dos funcionários da educação visando qualificação profissional e a (re) descoberta de identidade social deste público, por longo tempo marginalizado dentro do próprio ambiente de trabalho. O Profuncionário visa propiciar a inclusão digital por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, incluindo habilitações tecnológicas, além de aparelhamento destes profissionais para complementar a ação docente na utilização adequada das tecnologias em atividades educativas das escolas, por intermédio do Curso Técnico em Multimeios Didáticos.

O Profuncionário instituído em 2005 com a Resolução nº 5, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que criando a 21ª Área da Educação Profissional, em consonância com o disposto no art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases, n. 9394/1996 (LDB), visa garantir a profissionalização dos funcionários da educação, de modo a garantir a formação continuada destes, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior.

³ Lançado em 2007, o sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Os cursos serão ministrados por instituições públicas.

Atualmente o Programa embasado no Decreto nº 8752 de 09 de Maio de 2016 reafirma o compromisso do Estado com a formação dos seus servidores, e fixa dispositivos que se caracterizam significativos para os profissionais da educação, pois dizem respeito a essa importante Política Pública de Formação Continuada, que busca a tomada de consciência destes profissionais quanto à necessidade de compreensão da cogestão escolar. Neste decreto, em seu Art. 3º e inciso VI, encontra-se e complementa-se este pensamento como os objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, que visam

[...] promover a formação de profissionais comprometidos com os valores da democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo. (BRASIL, 2016, p.3)

Assim, o Profuncionário procura estimular a reflexão/ação no intuito de que os funcionários escolares de apoio administrativo e pedagógico percebam a real importância da função social que suas ações exercem na escola e na sociedade, bem como a compreensão do papel que a escola deve desempenhar culturalmente, pois de acordo com Canclini (2002, p.1) “a eficácia da comunicação cultural aumenta quando se considera a variedade de contextos grupais, familiares e étnicos nos quais se recebem as mensagens industrializadas e em que elas interagem com as tradições e os hábitos de compreensão locais”.

Considerando e respeitando o contexto educacional em suas diferentes esferas e comunidades culturais, mas induzindo à reflexão permanente, é que os conteúdos, atividades e recursos tecnológicos são utilizados nos cursos deste programa de formação, que direcionado exclusivamente aos funcionários escolares, é ofertado pela educação a distância, em Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem (AVEA).

Estes ambientes asseguram aos funcionários/estudantes, por meio do acesso a internet, o contato com inúmeras possibilidades culturais e intelectuais, propiciadas em recursos e dispositivos pedagógicos disponibilizados. Os AVEA apresentam “múltiplas formas de interação e de articulação entre professores e alunos via ambientes virtuais, listas, e-mail, chats e outras maneiras síncronas e assíncronas de comunicação” (KENSKI, 2013, p.14).

Além do acesso à informação e formação continuada, experiências como estas, conduzem aos profissionais a sentirem-se instigados à participação mais efetiva na gestão escolar e motivados à participação social, com um posicionamento mais democrático e reflexivo. Este pensamento complementa-se na ideia de que

[...] neste início do século XXI, a aceleração dos avanços tecnológicos, a globalização do capital e as transformações nas relações de trabalho, como a perda de direitos sociais, trouxeram mudanças para as políticas de gestão e de regulação da educação no Brasil. Tais mudanças interferem na organização da escola e nos papéis dos diversos atores sociais que constroem seu cotidiano. Compreender esse processo e a legislação dele decorrente, bem como fortalecer a discussão e as deliberações coletivas na escola, é um desafio para toda a comunidade escolar, para todos os trabalhadores que atuam na escola pública. (BRASIL, 2012, p. 9)

Neste contexto, a democratização da escola implica repensar a sua organização e gestão, seja por meio de escolha dos seus dirigentes e/ou pela articulação e fortalecimento de outros mecanismos de participação. O que torna fundamental garantir, em pleno processo de democratização, a construção coletiva de espaços de participação por meio da participação ativa dos colegiados escolares. Isso quer dizer, que a cultura e a lógica organizacional da escola, efetivam-se na oferta da democratização, em que todos os atores podem vir a vivenciar seu cotidiano de forma a contribuírem para esse processo de mudança. Nesse modelo, é imprescindível a ação reflexiva sobre a importância da participação de todos os segmentos escolares para a efetivação de uma gestão democrática e participativa, que busque cotidianamente a construção da autonomia dos seres humanos e da escola.

[...] nessa direção, é fundamental a compreensão de que a construção da gestão escolar democrática é sempre processual. Sendo, então, uma luta política e pedagógica, para se efetivar, é necessário envolver a todos: pais, funcionários, estudantes, professores, equipe gestora e comunidade local. Tal processo resulta em, pelo menos, duas outras frentes articuladas: a primeira, de conhecer e intervir, propositivamente, na legislação educacional [...] A segunda frente implica articular professores, funcionários, pais, estudantes, coordenadores, supervisores, orientadores educacionais e a comunidade local na construção de mecanismos de participação, visando consolidar um novo processo de gestão, onde o exercício democrático seja o motor de um novo poder e de uma nova cultura escolar. Este é o desafio para todos. Contribuir com a construção e efetivação da gestão democrática e participativa! (BRASIL, 2012, p. 8)

Sabe-se, no entanto que (re) construir a identidade e a valorização de uma categoria, que, apesar de atuante e indispensável em todos os espaços do cenário educacional brasileiro e que passou a ser despercebida e discriminada, é tarefa que exige tempo, dedicação, determinação e ousadia. Portanto, tornam-se indispensáveis propostas e espaços de formação continuada dos funcionários da educação, pois “o “milagre” da educação é menos o domínio do conhecimento, do que a gestação da capacidade de fazer história própria, individual e coletiva, e, sobretudo solidária.” (DEMO, 1999. p.12, grifo do autor).

3. As TDIC no contexto educativo e na promoção de emancipação e protagonismo

No contexto educacional seja na modalidade presencial ou à distância, a inserção das tecnologias da informação e da comunicação (TDIC) é assunto pautado por questões sociais e políticas, considerando que na educação as decisões e escolhas não são neutras e sim envolvidas de intencionalidade e objetivos pré-determinados que de alguma forma devam envolver a comunidade escolar em sua totalidade.

Diante deste aspecto e apesar dos avanços que as tecnologias suscitam na área educacional, persiste a premissa de que as centralidades das atenções devem recorrer

sempre no ser humano, sujeito ativo do processo de ensino-aprendizagem. Ponderando-se as concepções de sociedade, cidadania e as questões relacionadas aos indivíduos que esta educação almeja formar.

Pensar a inclusão das TDIC no contexto educacional compreende como objetivo, estimular a prática pedagógica educ comunicativa e desta forma permitir, segundo Moreira (2016, p.2), “criar e/ou fortalecer ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e dialógicos, por primar pela participação crítica” dos sujeitos em sua própria formação, gerindo sua história e de forma que mantenham um elevado coeficiente dialógico entre seus membros.

Apesar das TDIC favorecerem a interatividade em ambientes interligados mundialmente, essa participação crítica que se desenvolve com a sua utilização necessita de cuidados, pois em um ambiente midiático, rico em possibilidades, também se encontra um ambiente de inconvenientes ou perigos como as exposições impróprias, vulnerabilidades a crimes digitais diversos, golpes e notícias inverídicas (MOREIRA, 2016). Estes fatos apontam a necessidade de capacitação aos educadores e demais atores do contexto educacional para o uso e apropriações das tecnologias em sala de aula, quanto à utilização segura e autônoma destes recursos, de forma a contribuírem com o processo de produção e distribuição de conteúdos e informações, considerando aspectos fundamentais da ética.

Moreira (2016, p. 65) lembra que a utilização das tecnologias e mídias exige um estímulo à produção consciente, ou seja, “usuários podem ser autores, protagonistas e agentes”, pois têm “a possibilidade de usar, explorar, criar e recriar.” A mesma autora define ainda, que este fato identifica-se como a democratização dos acessos e de bens tecnológicos que as escolas estão vivenciando atualmente e que para tanto necessitam se preparar, investindo em formação dos profissionais que nela atuam.

As políticas públicas desenvolvidas para a inserção das TDIC nas escolas e nas práticas pedagógicas estão, ao longo do tempo, superando dificuldades e ampliando acessos, investindo na formação continuada de seus atores. Dessa forma, trazem novas perspectivas para uma mediação pedagógica que seja promotora de autonomia e protagonismo. Estes moldes de mediação tem um rico potencial para subsidiar as mudanças sociais, e auxiliam a pensar que

[...] o emprego de recursos digitais de forma crítica nas práticas pedagógicas de professores da educação básica, pode facilitar a efetivação de métodos de ensino e aprendizagens que contribuam para uma mudança social. A autonomia, o protagonismo, a colaboração, o diálogo e a participação crítica, por exemplo, são preceitos a serem explorados em sala de aula nas escolas de educação básica, e as TIC podem favorecer esses aspectos, se as metodologias de uso escolhidas primarem por tais preceitos. (MOREIRA, 2016, p. 62)

A crescente utilização das TDIC em espaços educativos formais induz à modificações na relação intra e interpessoais entre professor e estudante. A detenção da verdade do professor dá espaço a uma docência de postura menos centralizadora e o aprender e ensinar torna-se ação coletiva e participativa, na qual todos adquirem experiências e aprendizados. Ganha importância a função do professor como mediador, problematizador, incentivador do estudante na busca pelo conhecimento. Juntos, professor e estudante poderão indicar

caminhos, propor desafios e encontrar soluções para o alcance de objetivos individuais e coletivos. Para tanto, a internet e seus inúmeros recursos, insere-se nos espaços formativos como elemento de favorecimento para o pensamento crítico-reflexivo.

Como exemplo está à educação a distância e/ou a sala de aula online, modalidades de ensino que estão inseridas numa perspectiva de interatividade, não mais centrada na transmissão de conhecimento do professor ao aluno, mas na comunicação bidirecional, mas em um viés que coloca professores e alunos em processos de participação ativa e colaborativa. Neste contexto, a argumentação construída em torno da aprendizagem está ao encontro de algo cumulativo, onde o conhecimento vão ser construída, especialmente pelas inúmeras possibilidades de geração de um processo didático-pedagógico colaborativo no espaço das comunidades virtuais.

Dessa forma com a TDIC, o processo educacional torna-se cada vez mais dialógico e indica maiores níveis de participação dos estudantes, incluindo a tomada de consciência, levando-os a agirem não mais como simples beneficiários de uma ou outra política pública, mas como agentes de participação na gestão e avaliação dessas políticas, compreendendo assim além de responsabilidade, força individual e coletiva para a construção de uma sociedade que tenha condições de exercer o controle social, ou seja, abrangendo a perspectiva de tornar-se parte de uma sociedade participante das decisões. Esta perspectiva, segundo Freire (2014) apresenta uma ruptura histórica da tradição, que estabelece ao oprimido atuar como sujeito de sua libertação, de sua própria aprendizagem e sua participação não pode ser substituída de forma alguma, tendo em vista que

[...] é fundamental compreender que a participação do pobre não é apêndice interessante, mas a alma do negócio [...] Política social de sujeitos que se confrontam dialeticamente é muito mais complicada e exigente, e pode chegar onde o sistema não desejaria: a saber contestá-lo radicalmente. (DEMO, 1999, p. 3)

Demo (1999) define como pobre, um sujeito não de poucas posses financeiras, mas o que não sabe pensar, ou seja, pobre de pensamento, dotado de pobreza política. Nesse sentido, as políticas públicas sociais e dentre essas as educacionais, assim como os programas de inserção das TDIC na escola, apesar de suas mazelas, como a falta de infraestrutura física, sinal de internet fraco ou inexistente e outros problemas enfrentados pelas escolas, têm papel relevante, principalmente no que tange à ampliação do acesso à informação, a inclusão digital e à formação crítica que possibilita a formação de sujeitos críticos, participativos e autônomos. (FREIRE, 1997).

É preciso, entender a temática educacional, como cita Demo (1995, p.87): "Entendida como processo formativo, não apenas informativo, a educação pode elaborar condições favoráveis ao exercício da cidadania organizada, sendo ela mesma um dos canais de participação, sobretudo no nível básico". Pois o processo (trans)formador da sociedade requer a participação e o exercício da cidadania. O que Demo (ibid.) indica como fatores que por vezes não se encontram presentes nas propostas educacionais públicas, pelo fato de que possibilitam o aumento da capacidade popular, não de controle, mas de discernimento sobre as ações realizadas pelo governo.

Conforme Canclini (2005) o mundo apresenta-se dividido entre os que têm domicílio fixo, documento de identidade, cartão de crédito, acesso à informação e recursos financeiros, e, por outro lado os que, por terem menos condições financeiras, carecem de tais conexões.

Sendo assim a inclusão digital escolar é de fundamental relevância social e cultural. No entanto, para que essa inclusão, visando protagonismo e autonomia aconteça, a escola necessita de alguns instrumentos básicos, que são: dispositivo para conexão, acesso à internet e o domínio dessas ferramentas tecnológicas, pois não basta apenas o cidadão possuir computador conectado à rede para que seja considerado incluído digitalmente. Ele precisa saber o que fazer com essas ferramentas e principalmente com as informações disponibilizadas, podendo assim, assumir os rumos de sua própria aprendizagem de maneira crítica e colaborativa. Retornamos a Freire (1997, p.12) reforçando a ideia e a esperança da “educação como prática da liberdade”.

A população que ainda não têm acesso às TDIC, na escola pode e deve buscar o contato e usufruir destes recursos para a produção e acesso de conteúdos, aprendizados e conhecimentos. Devemos ter em mente que “a lógica das redes influencia a mudança nas organizações, flexibiliza as hierarquias internas e altera os sistemas de competição e cooperação. Além disso, esse novo espaço pode se ligar ao espaço físico, estabelecendo as mais variadas e amplas recombinações, com fluxos e ritmos diferenciados.” (KENSKI, 2013, p. 43).

Nesse contexto, proporcionar o acesso às TDIC, pode ser um fator favorável para a diminuição da distinção de classes e para erradicar a manutenção do poder por parte de apenas um grupo privilegiado, tendo em vista que a escola e a educação que ela produz, são bens públicos e devem servir para a promoção de emancipação humana. Demo, destaca o fato de que

[...] não poder participar, desenhar oportunidades, apresentar-se com autonomia significa estar desconectado da capacidade de construir soluções próprias, vivendo condição de subalternidade comprometidora. Neste sentido, torna-se visível a ligação forte entre educação e o combate à pobreza política. (DEMO, 1999, p. 4)

Portanto, a força maior da educação esta na política, conforme nos ensina Paulo Freire (1997), salientando o que de melhor pode a escola oferecer, que é o saber pensar politicamente, ou seja, enquanto instituição, principalmente a escola pública e gratuita, deve propiciar a oportunidade de ascensão do ser humano à condição de sujeito autônomo, capaz de produção própria de conhecimentos. Autonomia esta entendida como capacidade de organização e dedicação do estudante, para buscar, selecionar, apropriar-se e também contribuir eficientemente com as fontes de informação disponíveis atualmente.

Sendo assim, percebe-se a responsabilidade da escola, que não podendo melhorar as condições materiais dos sujeitos, pode empoderá-lo para a reflexão e o pensamento crítico, conduzindo-o à emancipação. O que para Adorno (2003, p.143) demarca como a educação como o caminho possível para obter-se coragem e decisão para usar o próprio entendimento, pois a práxis educativa nada mais seria do que a própria emancipação, alegando que “de certo modo, emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade”.

Portanto, pensar em políticas públicas que viabilizem o acesso e a gestão tecnológica nas escolas torna-se um desafio, o que alerta Castells (2007), indicando que a inclusão digital é a grande chance da educação e da escola promover o desenvolvimento da consciência crítica e impulsionar o povo à emancipação, no sentido que este, informado e sentindo-se sujeito de sua própria história, movimente-se para a tomada de decisão frente às situações, sejam culturais, sociais e, portanto políticas.

Neste contexto, Moreira (2016) ressalta que o emprego de recursos tecnológicos de forma crítica nas práticas pedagógicas pode facilitar e contribuir para a mudança social. Para tanto, surge a necessidade de maior compreensão destas práticas, uma vez que se pretende atingir uma mediação pedagógica que possibilite ampliar a percepção de espaço e agente educativo. Para Morin (2000), essa compreensão maior, está no aprofundamento da visão transdisciplinar da educação, por ser a educação integral a única maneira de emancipação do ser humano em sua totalidade.

4. Considerações Finais

Este estudo mostrou uma reflexão sobre os rumos e desafios em relação às políticas públicas de formação dos profissionais da educação, na continuidade do processo de democratização da educação brasileira com o auxílio das TDIC e das Tecnologias Educacionais em Rede. Este entendimento se estabeleceu a partir do panorama dialógico de contextualização sobre o Programa Profucionário e a sua relevância para a inserção das TDIC nas escolas de educação básica de todo o país. Considerando que essas duas ações inter-relacionadas tem potencialidades ampliadas para oportunizar uma educação promotora de emancipação humana.

Neste sentido se faz importante à criação de estratégias educativas que possam propiciar sustentabilidade pedagógica mediante a busca por conquista e promoção da emancipação humana, principalmente no que concerne a utilização das TDIC como potencializadora de estratégias, para o fortalecimento de processos emancipatórios da população de um modo geral.

Corroborando, Morin (2000) pondera sobre os saberes necessários à educação do futuro e nos move reflexão de que, reconhecer a necessidade de adequação desta educação, diante das inovações decorrentes da modernização é apresentar soluções aos problemas educacionais, por vezes “ignorados, subestimados ou fragmentados nos programas educativos”.

Destaca-se ainda, que o processo de humanização jamais poderá ser excluído do conjunto de ações necessárias à construção do conhecimento. E para isso, é preciso a tomada de consciência de que somente uma educação emancipatória e libertadora poderá sobreviver em uma sociedade moderna, na qual a tecnologia avança sobre todo o processo de formação da humanidade.

Nesta ótica, percebe-se que há muito ainda que se debater a respeito de políticas públicas de formação dos profissionais da educação, para a continuidade do processo de democratização da educação brasileira com o auxílio das TDIC.

Conclui-se, portanto, que o desafio de confrontar a realidade do contexto educativo, estudá-la e modificá-la dependem de políticas públicas sim, mas principalmente de cada sujeito, nele inserido. Assim, como vimos não basta a multiplicação de políticas públicas educacionais, se os atores da gestão educacional e escolar, não reconhecerem que as ações, resultantes dessas políticas, por vezes tornam-se capazes de indicação de caminhos concretos de discussão e transformação social da e pela educação.

5. Referências Bibliográficas

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Gestão da educação escolar** / Luiz Fernandes Dourado, – 4 ed. atualizada e revisada – Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2012.

_____. **Decreto Nº 8.752**, de 9 de maio de 2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: <https://goo.gl/Acvuw4>. Acesso em 10 fev. 2017.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LEI Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://goo.gl/dLcQr9>. Acesso em 10 jan. 2017.

_____. **Resolução nº 5**, de 22 de novembro de 2005. Inclui nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 22/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla_resol05.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Rede e-Tec Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil>. Acesso em 05 nov. 2017.

_____. **Portal Educação**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/programas-governamentais/45106>. Acesso em 05 nov. 2017.

CANCLINI, Néstor. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da Interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

_____. **Dicionário para consumidores descontentes. Folha de São Paulo**. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2701200205.htm>. Acesso em 10 nov. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. p. 265-274.

DEMO, Pedro. **Direitos Humanos e Educação - Pobreza política como desafio central.** Brasília, UnB, julho de 1999. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/textos/demo_direitos_humanos_e_educacao.pdf>. Acesso em 02 out. 2017.

_____. **Avaliação Qualitativa.** Campinas: Autores Associados, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 33 ed. São Paulo: Paz e terra, 1997.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013.

MOREIRA, Patrícia Justo. **TIC na Escola Contemporânea: possibilidades para a Prática Pedagógica Educomunicativa na Educação Básica.** 2016. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, I. de O. **Educomunicação:** um campo de mediações. In: Comunicação & Educação, Brasil, n. 19, p. 12-24, dez. 2000. ISSN 2316-9125. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36934>> Acesso em 14 jan. 2018.